

O LEGADO DE AMÍLCAR CABRAL: HISTÓRIA E MEMÓRIA DA LUTA DE INDEPENDÊNCIA EM GUINÉ-BISSAU

The Amilcar Cabral legacy: History and memory of the independence struggle in Guinea Bissau

José Bento Rosa da Silva

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brazil

Jefferson Gonçalves do Carmo

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brazil

Resumo

O artigo investiga dois textos escritos por Amílcar Cabral, intelectual e líder da luta de independência de Guiné-Bissau. Esses documentos foram produzidos na década de cinquenta, no alvorecer das lutas contra a colonização portuguesa no continente africano. Em um segundo momento, através de entrevistas com estudantes guineenses no Brasil, todos eles descendentes dos que combateram pela independência, procuramos saber do que ouviram dos pais e parentes sobre a guerra naquele país e o legado de Amílcar Cabral. Para esse fim, utilizamos da metodologia da História Oral.

Palavras-chave: Independência. Guiné-Bissau. Narrativas.

Abstract

The paper investigates two texts written by Amílcar Cabral, an intellectual and leader of the Guine Bissau independence struggle. These documents were produced in the fifties, at the struggles dawn against Portuguese colonization in the African continent. In a second moment, through interviews with Guinean students in Brazil, all of them descendants of those who fought for independence, we tried to find out what they heard from their parents and relatives about the war in that country and the about Amilcar Cabral legacy. To this end, we used the Oral History methodology.

Keywords: Independence. Guine Bissau. Narratives.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como finalidade apresentar Amílcar Cabral como um intelectual orgânico, na perspectiva de Antônio Gramsci (COUTINHO, 1981), qual seja, aquele que atua para criar, na sociedade, a consciência correspondente aos interesses das classes que

representam, neste caso, os guineenses que viviam sob o jugo do ultracolonialismo luso, conforme Perry Anderson (1968).

Nesse sentido, apresentamos dois escritos de Cabral (1954a; 1954b), onde ele mostra seu conhecimento sobre os diversos grupos étnicos da Guiné-Bissau e sua relação com a terra, lugar de produção da existência. Ele, engenheiro agrônomo, conhecedor da sua realidade, procurou, como intelectual marxista, organizar e representar os interesses daqueles que eram vistos, no conjunto da vida social, como subalternos pelos colonizadores. Em seguida, apresentamos depoimentos dos filhos dos que combateram com Amílcar Cabral na guerra de independência. Através dessas narrativas, é possível identificar o legado deixado pelos combatentes, bem como o momento crucial da guerra e os seus desdobramentos.

ALGUNS ESCRITOS DE AMÍLCAR CABRAL

De acordo com Amílcar Cabral (1954a), em um texto intitulado “Acerca da contribuição dos ‘povos’ guineenses para a produção agrícola da Guiné”, que está disponível no *site* Memórias da África e do Oriente: Cadernos coloniais. A Guiné Portuguesa, na década de 1950, tinha uma característica específica que era a grande variedade do que Cabral chamou de “povos” que habitavam aquele local. Nesse seu trabalho, o autor buscou demonstrar a importância desses grupos na produção agrícola naquele país.

É importante lembrar que, em outro texto escrito por Cabral (1954b), “Acerca da utilização da terra na África negra”, em que discute o uso do solo no continente africano, ele apontava como o processo colonial modificou de forma significativa o sistema itinerante.¹

Cabral demonstra que a terra tinha um valor especial para os guineenses. Segundo ele:

- I) A utilização da terra será tanto melhor quanto maior for a sua utilidade social, isto é, quanto mais indivíduos dela beneficiarem;
- II) A utilização da terra será tanto melhor quanto mais compatível ela for com a conservação do solo;
- III) A consecução destes objetivos deve realizar-se através [de] meios os menos penosos, para o organismo humano. (CABRAL, 1954b, p. 406).

¹ A agricultura itinerante, também tradicional, é um tipo de cultivo em que se desmatam pequenos trechos de terra, ateando fogo logo após, como forma de limpeza do local. Ou seja, é um modelo de queimada (AGRICULTURA..., 2021).

Sendo assim, a terra era para os guineenses um bem comum, e o entendimento do que seria propriedade privada era apenas no tocante aos bens de produção utilizados por um indivíduo ou uma família.

Já o cultivo da terra, seja pelo indivíduo seja por uma família, era um direito para a subsistência. No que tange a esse tema, Amílcar Cabral demonstra como a produção pelos povos era diferente entre eles:

Entre os mandingas e fulas da Guiné, por exemplo, a cultura do arroz é executada pelas mulheres, enquanto os homens são responsáveis pela cultura de outros produtos alimentares (diversos milhos, mandioca, etc.) e de produtos de exportação (mancarra). Ainda em relação a Guiné, cite-se o caso dos balantes e, numa maneira geral, dos povos literáticos: os trabalhos agrícolas são efetuados tanto pelos homens como pelas mulheres, ainda que a estas esteja reservada a execução das operações mais ligeiras. A cooperação entre famílias é frequente. (CABRAL, 1954b, p. 407).

Esse pequeno panorama é de grande importância, pois, como apontado pelo autor, era da agricultura que vivia a Guiné, não apenas no espectro econômico, mas também social, pois era uma tradição dos distintos povos guineenses.

Mas, afinal de contas, como estavam distribuídos esses povos distintos na Guiné na década de 50?

De acordo com o Censo Mundial de Agricultura (1950), havia mais de 30 “povos”, diferentes na Guiné², contudo, ele considerou apenas 18 para o texto utilizado. Dessas etnias, as que estavam mais distribuídas no território eram: os balantes, fulas, manjacos e mandingas. Tanto os povos fulas quanto os mandingas dedicavam-se no período à produção de frutas. Esses grupos praticavam também o modelo itinerante – a escolha por eles para tal produção se baseava na fertilidade do solo. Para isso, entrava em cena a experiência desses indivíduos no “provar a terra”, ou seja, o seu reconhecimento como também se observava a presença de algumas espécies.

Outra estratégia utilizada era o da derrubada algumas árvores, mas mantendo-se as raízes para que fizessem o trabalho de proteção do solo e consecutivamente aumentassem sua fertilidade. Com a chegada das chuvas, semeava-se a terra. Em alguns casos, não se praticava a lavra, já que bastava a queimada. O processo empregado de queima da terra era

² De acordo com as Diversas Publicações da F.A.O. relativas ao Censo Mundial de Agricultura (1950 a 1953) eram eles: baiotes, balantas, balantas-manés, banhuns, beafadas, bijagós, cassangas, felupes, fulas, mancanhas, mandingas, manjacos, mansoancas, nalus, pajadincas, papéis, saracolés e sossos.

importante, pois também dificultava a presença de pragas que viessem a destruir as plantações. Também contribuía para evitar a proliferação de doenças vegetais.

Amílcar Cabral também observou a participação das mulheres mandingas no trabalho agrícola. Elas usavam um arado próprio para a produção de arroz. Por seu turno, os homens utilizavam instrumentos específicos para o plantio de outros tipos de culturas. Já os povos macanhas empregavam a enxada de forma exclusiva; os balantas e os fulas, o arado. Passados alguns anos de cultivo, era comum que esses povos abandonassem o campo, que naturalmente eram ocupados pelas florestas e savanas. Era corriqueiro que o afronegro³ utilizasse dessa estratégia de rotação como forma de manutenção do equilíbrio da terra.

Os mandingas utilizavam a seguinte estratégia para a rotação: em um ano, plantava-se sorgo; no segundo ano, mancarra, realizando o pousio, ou seja, o descanso de terras mais ricas em um espaço de dois anos.

Já os mancanhas faziam o processo da seguinte forma: no 1º ano, arroz de sequeiro; no próximo período, plantava-se mancarra; no 3º ano, era a vez do milho preto; no 4º ano, fundo; e no 5º, mancarra mais plantio do feijão. Após isso, dava-se três anos de descanso para a terra. Esse tipo de sistema não era exclusivo da África Negra⁴, sendo, segundo o próprio Cabral, característica das regiões tropicais. Ele observa que esse modelo elencado na Guiné também era visto em outros locais, como a Indochina, Filipinas, México, Venezuela e Rodésia. Ou seja, era uma estratégia utilizada universalmente. Porém é preciso destacar que não era uma exclusividade das regiões tropicais, sendo utilizado por outros povos também. Mas, segundo Cabral (1954b), essa foi uma etapa no processo evolutivo agrícola que posteriormente entrou em desuso.

Amílcar Cabral (1954b) também destacava os impactos da agricultura na terra. Se, nessa prática, o solo tem destaque principal, ele também é bastante agredido. E é aí que ele utiliza o conceito de destruição, contudo não significando o desaparecimento absoluto. Lembrava o autor que o processo de cultivo da terra provocava automaticamente a destruição da fertilidade – e, somado a outros fatores, a da própria superfície. Essa era a contradição do processo agrícola.

Além disso, os solos no continente africano como em um todo, entre as regiões tropicais, já têm suas próprias dificuldades, sendo às vezes pobres ou frágeis. Como ele

³ Termo utilizado pelo autor.

⁴ Termo utilizado pelo autor.

apontava: “O cultivo das plantas alimentares exige a destruição vegetal natural. Destruída esta, o empobrecimento e a destruição do solo operam-se aceleradamente.” (CABRAL, 1954b, p. 410).

O processo agrícola se dava naturalmente na África Negra da seguinte maneira: primeiro havia o processo de destruição da floresta ou savana. Nesse procedimento, buscava-se o cultivo do solo ou a eliminação de espécies alimentares concorrentes. Após isso, realizava-se a defesa das plantas cultivadas contra ataques parasitários ou de animais. Os povos guineenses também buscavam evitar o empobrecimento acelerado do solo, como também impedir a erosão e permitir o cultivo intermitente do mesmo solo. Do agricultor se buscava exigir o menor esforço compatível com o clima, e por fim a intenção era conseguir o mínimo indispensável para o sustento da coletividade, reafirmando aquilo que tratamos anteriormente. Todo esse processo era em prol do bem comum da comunidade.

Amílcar Cabral destacou a partir daí que o modelo itinerante na África Negra era a melhor solução a ser implementada no processo agrícola, por conta das condições do meio ambiente, pois, nesse exemplo, não se destruiria a terra, as cinzas das queimadas contribuiriam para o aumento da fertilidade, haveria a diminuição de doenças e pragas e, com a prática do pousio, a floresta poderia se revigorar.

Mas o processo itinerante representava uma solução definitiva e sem inconvenientes? Respondia, então, o autor: O sistema itinerante, criação do homem, é condicionado por determinados fatores. Uma vez implementado, influencia, por ação recíproca, não só os fatores físicos que o condicionam, mas também o próprio homem (CABRAL, 1954b, p. 411)

A partir desse panorama de como estava o trabalho agrícola na Guiné, Amílcar Cabral passa a discutir os impactos da colonização europeia naquela região, destacando as consequências no modo de produção que, como vimos, era estruturado a partir da realidade local de cada grupo guineense. Segundo ele:

As determinantes econômicas que, na Europa, haviam constituído uma das causas da era dos Descobrimentos, levam o europeu a fixar-se em África. Do simples comércio de mercadorias, entre as quais o Homem-Negro, o europeu passa à exploração da terra. Mas não tem, como o afro-negro, o objetivo de produzir o indispensável à alimentação. Cultiva ou faz com que o afro-negro cultive produtos de exportação. Utiliza ou leva o afro-negro a utilizar o sistema itinerante na obtenção desses produtos. Modifica o modo

de produção sem modificar o sistema de cultura da terra. (CABRAL, 1954b, p. 413).

A colonização europeia modificou a estrutura social, e como apontado pelo autor, criou a partir dela novas necessidades e realidades. Se anteriormente o conceito de propriedade privada estava relacionado aos bens dos sujeitos utilizados no processo agrícola, com a chegada do colono, essa visão muda, originando uma nova condição econômica. Essa condição econômica baseada no entendimento sobre propriedade privada foi observada tanto nos europeus como também nos indivíduos “assimilados”, que são aqueles que foram utilizados pelo colonizador para realizar os trabalhos nessa terra desconhecida. O contato com os brancos fez com que esses sujeitos absorvessem a cultura do colonizador.

O modelo de agricultura itinerante também passou por modificações por consequência do processo imperialista. Problemas que antes eram visíveis ainda no início foram acentuados. Há um aumento das áreas de florestas como também uma duração maior do cultivo da terra. Por outro lado, os períodos de descanso foram cada vez menores e a terra era semeada até o total esgotamento. A consequência desse processo predador foi o aumento da erosão, que acabou destruindo o solo. E quando este era abandonado pelo colonizador, não conseguia se reconstituir naturalmente, ou seja, o modelo utilizado pelo europeu contribuiu para a devastação do solo na Guiné.

Vimos que o solo africano já era reconhecidamente pobre por questões naturais, o que contribuiu para que os povos guineenses se adaptassem a essas dificuldades e realizassem o processo agrícola com o mínimo de impacto possível. Já no processo colonizador voraz, a terra ficava varrida. Como apontado por Cabral:

O colonialismo introduz em África um novo sistema de produção, traduzido na “economia de traite”. Mantém, contudo, o sistema itinerante de cultura da terra. Ao sistema aplica ou tenta aplicar, sem atender à diferença das condições mesológicas, as práticas agrícolas europeias, porque está convencido da “superioridade” dessas práticas. Das contradições criadas, resulta que, dia a dia, se acentua a devastação da terra africana. Começam a manifestar-se todos os inconvenientes prudentemente evitados pela agricultura afro-negra. O exemplo do Senegal dá origem a um neologismo – senegalização – para exprimir a devastação do solo em África. O Homem negro, impotente, assiste ou participa na sua própria destruição. Com a vida desequilibrada, tendo de satisfazer não só as novas necessidades criadas, mas também as exigências da sua nova condição social, vai-se

desenraizando a pouco e pouco, emigra ou tem de emigrar, abandona ou nem tem tempo de assimilar a sabedoria que ele próprio, com base no conhecimento empírico do meio e na experiência de séculos, havia criado. (CABRAL, 1954b, p. 413-414).

A partir dessa leitura, observamos a estrutura racista da colonização portuguesa na Guiné, que, baseada por essa visão de superioridade, mudou toda a organização naquele país. Além do impacto já apontado sobre o solo, também desequilibrou, como apontado pelo autor, a vida dos guineenses. Afinal, o processo colonizador serviu igualmente para impulsionar a emigração.

Há também nessa relação a introdução de novas culturas agrícolas que se adaptam ao meio diversificando as plantas locais. Passa a haver ainda um processo, ainda que lento, de industrialização, tudo baseado nos interesses do capital internacional. Por outro lado, essa relação entre colonos e colonizados ocasionou diversos problemas e conflitos.

A partir da leitura desses dois escritos de Amílcar Cabral, podemos fazer um pequeno recorte sobre como viviam os povos guineenses e a respeito de sua relação com a agricultura, que foi modificada pelo processo de colonização europeia, naquilo que Eric Hobsbawm (2020) chamou de a “Era dos Impérios”. Segundo esse autor, “era muito provável que uma economia mundial cujo ritmo era determinado por seu núcleo capitalista desenvolvido ou em desenvolvimento se transformasse num mundo onde os ‘avançados’ dominariam os ‘atrasados’, em suma num mundo de impérios.” (HOBBSAWM, 2020, p. 89). Sendo assim, como foi destacado, esse processo de dominação abordado pelo historiador inglês impactou negativamente tanto a natureza local quanto a vida dos povos que foram obrigados a emigrar para sobreviver.

Desde a experiência com outros estudantes africanos na Europa, sobretudo na Casa do Estudante do Império em Lisboa, Cabral, sentiu a emergência da luta pela emancipação⁵. Soma-se a isso a violência com que Portugal repreendia toda contestação ao governo, na década de 50, como, por exemplo, no massacre de Pindjiguiti, que ainda hoje é lembrada pelos filhos dos combatentes de Amílcar Cabral, que na época não eram nascidos, mas que ouviram dos antepassados, conforme veremos a seguir.

⁵ A Casa dos Estudantes do Império foi uma instituição estatal que funcionava de maneira semelhante a uma república estudantil, mantida para albergar os vários estudantes das colônias portuguesas que vinham estudar na metrópole. Mantinha uma sede em Lisboa, com delegações autônomas em Coimbra e no Porto. Ver em: CASTELO, Cláudia, 2011.

OUVINDO OS FILHOS DOS COMBATENTES DE AMÍLCAR CABRAL⁶

No ano de 2018, quando dos quarenta e cinco anos da independência de Guiné-Bissau, tivemos a oportunidade de reunirmos alguns estudantes guineenses, que na ocasião eram estudantes no Brasil. Eram: graduandos, mestrandos e doutorandos. A idade variava entre quarenta e um e trinta e um anos de idade; portanto, nenhum foi testemunha ocular da guerra de independência, mas todos ouviram dos pais, tios, tias e avós relatos sobre esse momento da história da Guiné-Bissau.

Nosso objetivo ao ouvi-los contar sobre a guerra, a partir das narrativas dos que a viveram, foi recolher a percepção dessa primeira geração dos filhos dos combatentes de Amílcar Cabral. Denominamos “combatentes de Amílcar Cabral” os pais e parentes mais velhos desses estudantes. Para isso elaboramos um roteiro semiestruturado de perguntas, com questões abertas⁷, como sugere Paul Thompson (1992). O que ouviram sobre a guerra de libertação dos pais e parentes, posto que ainda não haviam nascido quando do acontecido?

Todos os entrevistados estudaram no Brasil e aqui residiam, exceto um, que já havia retornado à cidade de Bissau, mas nos enviou as respostas por correspondência eletrônica. Outra exceção foi a entrevista com Adulai, feita presencialmente, tendo como roteiro o mesmo questionário. O critério de escolha dos entrevistados foi o nosso relacionamento com eles, sobretudo a partir dos eventos do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Optamos por ocultar o nome dos entrevistados, criando pseudônimos, a partir de nomes oriundos das diversas etnias existentes naquele país.

Alcamussa, 35 anos de idade, disse-nos que sua família pode ser caracterizada como uma típica família tradicional africana: “A composição da minha família é típica africana, alargada e pluriparental, composta por vários membros, isto é, na minha casa, não vivem apenas eu, meus irmãos e meus pais, incluindo netos e netas do meu pai e minha mãe. Também algumas pessoas que são filhos dos amigos ou conhecidos do meu pai”.

⁶ Ideólogo da Independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde e um dos principais teóricos da luta armada para a libertação africana. Nasceu em 1924 na Guiné-Bissau. Engenheiro agrônomo e escritor, é considerado como o ideólogo da independência de Cabo Verde e da Guiné-Bissau, então colônias portuguesas. Ver em: MIGUEL BANDEIRA, Jerônimo, 2012.

⁷ Algumas das questões: Fale sobre a família; Que memórias possui da infância e adolescência na Guiné-Bissau? Alguém da família participou da luta de independência? Na sua infância e adolescência, o que você se recorda das narrativas sobre a luta de independência? O que você ouviu sobre a participação das mulheres na luta de independência?

Seu pai, era um comerciante bem-sucedido, por isso conseguiram ter “uma infância com direitos mínimos”: saúde, educação e alimentação. Na adolescência, assim como os irmãos, trabalhou no mercadinho do pai, vendendo aguardente e outras mercadorias. Disse ainda que seu pai e dois tios foram combatentes pela liberdade da pátria. Na sequência, buscou as lembranças das narrativas do pai acerca da luta de independência:

Meu pai contava que trabalhava na mobilização e logística, isto é, tentava convencer as pessoas [jovens] a aderir a luta, e transportava explosivos. Falava que tinha sido preso pela Pide [Polícia Internacional de Defesa do Estado], que era um órgão de serviço secreto do Estado português, que prendia e torturava aqueles que eram opositores do regime colonial. Meu pai contava que havia sido preso duas vezes, sendo torturado várias vezes na cadeia. A tortura, segundo ele, era para ter mais informações sobre o movimento de libertação [PAIGC] e saber quem eram os opositores residentes na cidade e outras regiões dominadas pelo regime colonial. (ALCAMUSSA MANDINGA, 2018).

Tendo nascido em 6 de fevereiro de 1983, exatamente onze anos após a independência, Alcamussa Mandinga não viveu o processo, mas ouviu dos pais, tios e outros que participaram, sobretudo porque, no pequeno comércio onde ajudava o pai, as narrativas dos antigos combatentes era uma constante. Para além do ato de vender e de comprar gêneros necessários à sobrevivência, era um lugar de sociabilidades. Portanto, suas lembranças remetem à fase da pré-adolescência. Provocado por nossas questões, ele foi refazendo as histórias contadas pelos velhos combatentes. Como disse a filósofa Marilena Chauí, ao apresentar a obra de Ecléa Bosi (1987, p. 20): “lembrar não é reviver, mas refazer. É reflexão, compreensão do agora a partir do outrora”.

Na minha adolescência, quando vendia no referido mercadinho do meu pai, escutava muitas narrativas da luta da independência, alguns combatentes iam bebendo cachaça na casa do meu pai, eles falavam muito da luta de libertação, elogiavam Amílcar Cabral e alguns outros, os combatentes protagonistas durante a luta, como: Buscardine, Chico Té, Osvaldo Vieira, Pansau Na Isna, Domingos Ramos, Manuel Saturnino Costa, Arrafam Mané, João Bernardo Vieira [Nino]. Este último era o comandante destacado da zona sul, onde a luta armada fora fortemente travada. (ALCAMUSSA MANDINGA, 2018).

Alcamussa contou-nos que seu pai escapou dos torturados usando algumas estratégias, mas que, noutra momento, quase fora vítima dos imperialistas. Ele era um elo

entre as zonas libertadas e as que ainda estavam sob o domínio colonial. Foi assim que ele descreveu o que ouviu do pai, ex-combatente de Amílcar Cabral:

Meu pai contava que ele era comerciante durante a luta, militante disfarçado do movimento de libertação, mas os portugueses não sabiam, ele vivia nas duas grandes cidades, durante a era colonial [Bolama e Bissau], por ser carpinteiro, trabalhava para os portugueses nas construções de obras públicas, ao mesmo tempo, clandestinamente, era membro do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde [PAIGC]. Frequentava a cidade e a zona libertada, vendendo aguardente, tabaco e outras mercadorias de forma secreta. Sua primeira mulher vivia na cidade de Bolama, onde veio casar-se com outra mulher, chamada Silla.

Na zona sul, não me lembro o nome da tabanca [pequena aldeia], meu pai produzia arroz, fornecendo ao movimento de libertação. Disse que um dia quase foi assassinado por um atirador, que estava num pequeno avião, quando estava na plantação de arroz. O atirador, ao perceber que ele estava no local, começou logo atirando contra ele queimando a plantação de arroz. Por sorte não morreu, mas em casa todos pensavam que ele tinha morrido, porque as pessoas da tabanca sabiam que ele tinha ido visitar a plantação de arroz. Mais uma vez, ele escapou da morte. (ALCAMUSSA MANDINGA, 2018).

A taberna do pai de Alcamussa pode ser caracterizada como um lugar de memória, na acepção de Pierre Nora (1993, p. 12-13): “Lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora”. Pois bem, foi nesse lugar onde Alcamussa ouvira também críticas ao processo de independência e ao PAIGC. Segundo ele, seu pai já “profetizava” dias difíceis no pós-independência, em decorrência das falhas inerentes ao processo:

Algumas vezes, eu escutava também vozes críticas, meu pai não era contra a luta de libertação, mas, perante aos colegas, era uma das pessoas que criticavam a forma como a luta armada fora desencadeada, apontava falhas do PAIGC, explicava que essas falhas o levaram a abandonar o partido libertador depois da luta e a se dedicar apenas aos seus negócios. Preferiu isso, vivendo dignamente, do que trabalhar enquanto governante, sendo corrupto ou corrompido.

Na taberna, lembro que meu pai dizia aos colegas o seguinte: “Desde a luta de libertação, sabia que este país não ia progredir facilmente. O PAIGC cometia crimes, e percebia que seria um fracasso, se esse partido assumisse o poder depois da independência, porque o partido não tinha profissionais suficientes e preparados para dirigir o país depois da independência. (ALCAMUSSA MANDINGA, 2018).

As tensões entre os camaradas de Amílcar Cabral no âmbito da guerra foram também contadas, talvez em voz baixa, mas que não escaparam aos ouvidos daquele garoto que, por detrás do balcão, guardava tudo nas paredes de sua memória: tantos as narrativas de exaltação e de bravura, como também os ressentimentos que ficaram alojados nas aurículas, e que com facilidade se transferiam para a língua, sobretudo após alguns tragos de aguardente. Até porque, a mesa de bar, segundo o compositor Gonzaguinha, é um espaço de liberdade, onde se coloca em prática o exercício da cidadania, onde se fala “de um tudo”.

Alcamussa ouviu de seu progenitor a narrativa de uma experiência vivida no contexto da guerra que o revoltou e quase lhe custou a vida. Ele, que já havia sido torturado pelos “Tugas” (portugueses), que havia quase sido alvejado por um outro atirador “Tuga” de cima de um bimotor, esteve em “papos de aranha” diante dos camaradas que lutavam pelo mesmo ideal. Vejamos:

Segundo meu pai, um dos casos que mais o revoltava eram os assassinatos frequentes de pessoas [homens e mulheres] que eram assassinadas a tiros, com catanas [facões] e queimadas por serem acusadas de feiticeiras. Disse que uma vez assistiu um caso de assassinato brutal de um casal, acusados de feiticeiros. No momento, segundo meu pai, o marido acusado de feitiçaria tinha sido esquartejado, enquanto a esposa grávida tinha sido amarrada, içada e queimada. Esse ato de terror, segundo ele, o levou a participar de uma reunião do PAIGC durante a luta onde o comandante Nino Vieira estava presente. Durante a reunião, ele pediu a palavra e disse: “Este partido está a cometer falhas. Que partido é este que assassina pessoas sem provas, acusando-as de feiticeiros? Como vamos desenvolver o país deste jeito? Que provas temos que essas pessoas assassinadas eram feiticeiros mesmo? Que partido de merda é este que mata pessoas sem provas?” Meu pai não se autocontrolou e exagerou na crítica, chamando o PAIGC de partido de merda. (ALCAMUSSA MANDINGA, 2018).

As “razões” alegadas para a execução dos acusados são semelhantes às da fase colonial, ou seja, os que propunham uma nova sociedade estavam repetindo as mesmas práticas colonialistas de perseguições aos denominados feiticeiros. Aliás, uma interpretação imperialista de algumas práticas tradicionais de sociedades africanas. Portanto, não se tratava de uma “traição” aos ideais revolucionários, que pudessem “justificar” um processo com provas; segundo a narrativa, nem provas havia, só acusações. Como um legítimo revolucionário libertário não se revoltar com isso, e “mandar tudo à merda”? Os ideais do camarada Amílcar Cabral e seus companheiros estavam sendo deturpados.

Alcamussa Mandinga, que nascera onze anos após à guerra de independência, estava narrando o que ouvira de seu pai na adolescência e também no balcão da taverna onde trabalhava ajudando o progenitor. É desse lugar que ele reconhece que o genitor exagerara na crítica ao PAIGC.

E mais, o pai também parece ter reconhecido que isso podia lhe custar a vida entre os camaradas, como se depreende da sequência da narrativa contada pelo mesmo Tomás ao filho, Alcamussa, sobre como ele escapara mais uma vez de um perigo:

Depois da fala, quase todo participante disse que eu seria assassinado, porque insultei o PAIGC. Na fala da maioria, estava implícito: “Com este partido não se brinca, nem deve ousar insultá-lo!” Quando você insulta o PAIGC, você insulta o Estado, pois este partido é partido do Estado, é partido do povo.

Meu pai esperava ser assassinado, pois a maioria estava de acordo em assassiná-lo, por ter exagerado nas críticas. Quem o salvou, segundo ele, foi João Bernardo Vieira, que foi o último a falar. Conforme meu pai, o Nino começou a falar solicitando perdão a ele. O Nino disse o seguinte: “Todo homem falha e merece chance”. Achava que Tomás errou insultando o partido, mas merecia chance, e ninguém devia assassiná-lo. (ALCAMUSSA MANDINGA, 2018).

Alcamussa Mandinga continua falando do acontecido com seu pai, como cientista político graduado na Universidade Federal de Pernambuco e com mestrado em Salamanca (Espanha). Afirma que o “perdão” a seu pai aconteceu em virtude de a filosofia de Amílcar Cabral ter sido assimilada por Nino Vieira:

Na fala de Nino Vieira dá para perceber a filosofia de Amílcar Cabral, que sempre dizia: “O homem merece ser recuperado”. O Amílcar, com certeza não estava nessa reunião, pois, se estivesse, o meu pai teria referido, ou dizer sobre a sua intervenção. Foi assim que, outra vez, o meu pai se salvou do assassinato, desta vez, tentado pelos próprios colegas de luta, por ter falado verdades sobre as falhas da luta.

Meu pai costumava apontar outra falha do processo da independência, dizia que os “Tugas” não nos deram a independência, saíram daqui sem nos entregar a chave da casa, sem nos entregar a terra, isto é, abandonaram sem preparar homens capazes de dirigir o país. (ALCAMUSSA MANDINGA, 2018).

Se comparada com as demais colônias portuguesas em África, não havia grande interesse do Império português em Guiné-Bissau, por não ter ela as minas diamantíferas de

Angola, não ter os algodões de Moçambique, tampouco o cacau de São Tomé. Segundo Perry Anderson (1968, p.124): “A Guiné Portuguesa era a órfã do Império africano de Portugal. Foi o primeiro lugar onde os portugueses puseram pé, ao chegarem à África, mas desde o século XV até hoje, foi também a menos colonizada e a mais menosprezada possessão de Lisboa”. Portanto, não teria “razão” alguma para encaminhar um processo de independência visando a uma futura relação “frutífera” para a ex-metrópole.

Sobre a participação das mulheres na luta de independência, ele contou-nos o que aprendera na escola e o que ouvira na taberna. Aliás, a escola ratificou o que ouvira na taberna. Mencionou, entre outras protagonistas, Ernestina Silla (Titina Silá), que tinha o mesmo nome da companheira de seu pai, mas eram pessoas diferentes:

Segundo o que eu escutava dos combatentes que iam beber na taberna do meu pai, e posteriormente aprendi no colégio na disciplina denominada “Formação Militante”, muitas mulheres deram contribuições importantes no processo da independência, tanto na área logística como no serviço militar, com destaque para algumas mais corajosas, entre elas: Carmem Pereira e Ernestina Silla (Titina Silá). Em relação à última, lemos sobre sua capacidade de organização, liderança e bravura durante a luta de libertação na disciplina referida [...]. Lemos sobre a forma como Titina Silá resistiu antes de morrer afogada num ataque surpreendente do exército português. Segundo a história narrada, a Titina fora atingida com um tiro quando atravessava o rio de Farim [norte da Guiné-Bissau], junto com alguns combatentes, entre eles Dik Dari; ela partia chefiando um grupo de pequenos combatentes numa canoa com o propósito de assistir o funeral do líder da independência Amílcar Cabral, assassinado em Guiné Conacri em 1973. (ALCAMUSSA MANDINGA, 2018).

A participação das mulheres na luta de independência também foi lembrada por Adama Bijagó, também nascida no ano de 1983, filha de combatente guineense que lutara ao lado dos “Tugas”, mas que não foi o único e nem por vontade própria, como ela nos contou:

O meu pai sempre nos contava de que a luta de libertação foi uma explosão dos guineenses que não concordavam com os comportamentos ou exploração dos portugueses em Guiné-Bissau, pois eles escravizavam e não davam um trabalho descente aos guineenses. A educação não era para todos, só davam para os filhos das pessoas que ocupavam cargo; saúde péssima e alimentação era escassa, enfim, a colonização portuguesa não se preocupava com o desenvolvimento do país. Segundo ele disse, durante a luta de libertação, os portugueses intimidavam alguns conterrâneos guineenses de matá-los ou matar a sua família, se não lutassem em favor

deles; inclusive ele estava naquele grupo porque era intimidado, e aí lutou contra os próprios irmãos a fim de salvaguardar a sua vida e de sua família; mas tinha alguns que foram por vontade própria ou por interesse pessoal porque tinham algumas regalias e após a luta de libertação, alguns que lutaram do lado dos portugueses foram indenizados e até conseguiram nacionalidade portuguesa. (ADAMA BIJAGÓ, 2018).

Quanto à luta das mulheres, ela, como uma mulher, avaliou que, apesar da capacidade e participação das mesmas, não havia equidade de gênero. Seria difícil ser diferente, em uma sociedade hierarquizada no campo do gênero, raça e classe social. Essas hierarquias não seriam rompidas do dia para a noite, mesmo após a independência. Ela conclui: “Estiveram, desde o início até o fim da luta armada, ao lado dos homens e deram a sua própria vida para a emancipação do país” (ADAMA BIJAGÓ, 2018). Mas uma coisa é certa, a história dessas mulheres precisa ainda ser escrita, embora todos os entrevistados tenham ressaltado a participação das mulheres na luta de independência. Segundo outro entrevistado, Bocar Felupe (2018):

As mulheres desempenharam papel de extrema importância na luta pela independência de Guiné-Bissau, e Cabo Verde não foi diferente [...] trabalhavam na logística, levando munições para a linha de frente do combate; sem meios de transporte, caminhavam por vários quilômetros... Ainda existiam as mulheres que pegavam em arma ao lado dos homens. Tivemos e temos várias heroínas, dentre elas: Titina Silá, Canhe Nan Tungé, Teadora Inácio Gomes e várias outras.

Bocar Felupe, nascido quatro anos após a independência da Guiné-Bissau, afirmou-nos que, de uma maneira ou de outra, “em Guiné-Bissau praticamente todos têm algum familiar de perto ou distante que de forma direta ou indireta participou na luta pela independência do país”. E disse-nos mais:

O que instigou o Partido Africano pela Independência de Guiné e Cabo Verde [PAIGC] a dar início à luta da libertação se prende com o Massacre de Pindjiguiti. Neste massacre, as autoridades coloniais mataram brutalmente cerca de cinquenta estivadores e marinheiros grevistas e [deixaram] mais de cem feridos, que exigiam melhores condições de trabalho. A este acontecimento, para o PAIGC, só restava uma opção, que era pegar em armas para combater os colonizadores. (BOCAR FELUPE, 2018).

As lições acerca da guerra de independência eram ensinados de escola, como deixou evidente Alcamassa. Adulai Manjaco, o mais velho dos entrevistados, nascido em 1977,

apenas três anos após a independência, aprendeu na escola essas lições. Segundo ele, na escola o ensinamento recebido representava a ideia de que eram todos militantes e que deveriam lutar pela melhoria do país. Ele participou como pioneiro de entidades que ensinavam sobre o processo de independência.

Particpei em duas etapas como pioneiro: primeiro foi Flor de Setembro para iniciantes, cujo lenço era verde. Segundo foi Abel Djassi, com lenço amarelo. Aos pioneiros eram ensinadas lições da bandeira nacional, os princípios e valores que nortearam a luta pela independência. Ensinavam-se os valores de convivência na sociedade, comunidade, em casa, na escola, sobre a cidadania, desenvolvimento, contribuição de combatentes de PAIGC para a independência do país etc. (ADULAI MANJACO, 2018).

Seus pais também foram combatentes: “Conheci velhos combatentes, como Mário Cabral, que foi comissário para assuntos de educação. Meu pai foi combatente, minha mãe trabalhou como cozinheira dos combatentes, fazia remédios tradicionais” (ADULAI MANJACO, 2018).

Segundo Adulai, seu pai participou na linha de frente no sul da Guiné, tendo sido ferido e também visto vários colegas morrendo. Disse ainda que o pai mencionava o nome de combatentes, tais como Domingos Ramos. Essas lembranças de Adulai remetem à idade de seis ou sete anos. As narrativas eram feitas, segundo ele, à noite, à luz de candeeiro ou à luz de vela. Disse mais, que a contação de história era uma tradição em sua etnia. Além das histórias de luta, cantavam as cantigas feitas antes de iniciarem os combates. Eram canções em línguas das etnias, para animar os combatentes. Lembrou que um dos cantores era Dominique. Isso nos remete à Revolução de São Domingos, atual Haiti, quando os combatentes de Toussaint L’Ouverture invocavam os ancestrais antes das batalhas, conforme conta James (2010, p. 92-93):

Carregando tochas para iluminar o caminho, os líderes da revolta se reuniram em uma clareira na floresta densa de Morne Rouge, uma montanha acima de Le Cap. Lá Boukman, deu as últimas instruções e, após fazer uns encantamentos de vodu e beber o sangue de um porco imolado, estimulou seus seguidores com uma oração proferida em crioulo.

Adulai é casado com Adama. No entanto, as entrevistas dos dois foram feitas em momentos diferentes, mas uma corrobora outra, sobretudo quando se trata da questão dos

guineenses que combaterem nas trincheiras dos “Tugas”. Ele conta o que ouviu na infância acerca disso, e agora, depois de adulto, faz a sua análise:

Na infância eu ouvia que alguns guineenses lutaram ao lado dos “Tugas”, e eram considerados traidores da pátria; mas, quando adulto, fui conhecendo que os que lutaram ao lado dos portugueses foram chantageados com ameaças de morte dos familiares, sobretudo nas áreas urbanas, na capital. Havia também os mestiços, os administradores [filhos de portugueses com guineenses] que lutaram ao lado dos portugueses para manter os privilégios. Uma minoria que entrou por razões próprias. A maioria que lutou ao lado dos “Tugas” foi coagida; e muitos combatentes do PAIGC não compreendiam isso. Viam isso como traição, e por isso foram perseguidos por membros do PAIGC no pós-independência. Após a independência, alguns que combateram pelos “Tugas” saíram ou foram expulsos do país. (ADULAI MANJACO, 2018).

O fato de a entrevista feita com Adulai ter sido presencial possibilitou-nos um diálogo, ou seja, interagir no momento da entrevista. Nesse sentido, perguntamos a ele sobre as relações com os colegas na escola, mais precisamente se ele identificou estigmatização de colegas, por seus pais terem lutado ao lado dos portugueses. Ele disse não se lembrar, mas que “na comunidade e em casa é que ouviu narrativas de guineenses estigmatizados por terem lutado do lado dos ‘Tugas’”.

Alanso Balanta foi o nosso mais jovem entrevistado. Nascido em 1987, estava com 31 anos de idade, à época da entrevista, portanto, ao entrevistá-lo, haviam se passado 44 anos após a vitória dos camaradas de Amílcar Cabral. Como os demais entrevistados, teve alguém na família que combateu pela independência da Guiné-Bissau, conforme nos disse Bocar Felupe (2018): “Na Guiné-Bissau praticamente todos têm algum familiar de perto ou distante que de forma direta ou indireta participou na luta pela independência”.

Alanso é o “caçula” de uma família poligâmica, cujo pai foi casado com três mulheres, gerando com elas onze filhos. Ele é o quarto filho da sua mãe, os demais irmãos, são das outras duas esposas. Perguntamos sobre sua memória da infância e adolescência. Na verdade, ele falou a partir daquilo que os familiares disseram da sua infância, portanto, não exatamente a partir das suas memórias de infância, mas tomando por base o que lhes disseram sobre parte desse período de sua vida. Ouçamos Alanso Balanta (2018):

Meus pais e os meus vizinhos me contaram que, quando eu tinha mais ou menos cinco, seis anos, o meu comportamento era muito agressivo. Brigava

com todas as crianças da nossa rua e também usava muitos palavrões, tudo porque na nossa rua havia um colega do meu pai, antigo combatente com problemas mentais. Este camarada me incentivava a praticar tais atos. Por esta razão, o meu pai me levou para morar com o seu irmão materno, na cidade de Farim, capital da região de Oio, norte da Guiné-Bissau.

Desse depoimento depreendem-se os efeitos ou consequências da luta de independência no âmbito da saúde mental e os seus desdobramentos nas gerações subsequentes. O pior da guerra, não é só o conflito, é ela e seus desdobramentos, ou seja, a batalha não se resume só ao momento dos acontecimentos, vai além dos fatos, tem uma duração maior, para lembramos o debate de Braudel (2005) acerca da dialética dos tempos em História.

Sobre a experiência da guerra em sua família, Alanso (2018) afirma:

O meu pai me contou que ingressou no PAIGC em 1962, recrutado pelo camarada Rafael Barbosa, nesta altura ele trabalhava na Casa Gouveia, já era casado e tinha quatro filhos. Quando iniciou a luta em 1963, em princípio, ele queria ir para Guiné Conacri, se juntar com outros amigos, mas não tinha com quem deixar a família. Outro motivo foi os rituais, ou seja, a cerimônia [no Yrã] realizada pela família para saber se o caminho estava limpo, mas os deuses lhe informaram que, se ele fosse, não voltaria com vida. Por esta razão, decidiu ficar e contribuir de outra forma, usando o próprio dinheiro na mobilização clandestina e envio destas pessoas para as zonas de combate. Em 1966, ele foi preso pela PIDE, passou dois anos na cadeia, submetido a torturas todos os dias. Um dia, com os olhos vendados, foram levados para ser executados. Na hora da execução, o policial responsável lhe disse: “Chegou a sua vez, Joãozinho”. Joãozinho era o nome que as pessoas lhe davam em casa. Ele então respondeu: “Houve um engano, senhor, o meu nome não é Joãozinho!”. O policial lhe disse: “Mentiroso! O seu nome é Joãozinho sim!”. Ele replicou: “Não! O meu nome é João Alberto Gomes de Sá”. Então, fizeram checagem no seu documento e disseram que ele foi pego por engano, por esta razão ele foi solto.

As prisões eram arbitrárias, como se depreende do depoimento acima, sobretudo em um momento de “desespero” em que o Império português se agarrava com unhas e dentes às suas colônias em África, em um contexto em que as demais nações imperialistas europeias estavam tendo que “abdicar”, de diferentes formas, das duas posses naquele continente.

Semelhantemente às memórias de Alcamussa Mandinga, em parte as lembranças de Alanso Balanta sobre a luta de independência advindas dos velhos combatentes estão relacionadas à atividade laboral no comércio de parentes:

A minha mãe vendia tira-gosto num bar da nossa rua, e sempre que ela precisava resolver algumas coisas, eu a substituía. O bar era frequentado por antigos combatentes. Muitas vezes escutei as conversas sobre relacionamentos entre eles nas zonas libertadas e nos campos de batalhas. Escutei muitas coisas boas e também coisas ruins. Exemplo de uma coisa ruim foi a morte do camarada Domingos Ramos. Ele foi morto com um tiro nas costas, o que pressupõe que foi morto pelos próprios companheiros no campo de batalha. Dizem que ele era contra a unidade de Guiné e Cabo Verde, e que esse é o verdadeiro motivo pro tal assassinato. (ALANSO BALANTA, 2018).

As divergências no seio do movimento de independência, ao que nos parece, não ficaram restritas ao alto comando da revolução, embora Amílcar Cabral, enquanto intelectual orgânico, tivesse a preocupação de dirimir dúvidas acerca do socialismo que pretendia para a Guiné-Bissau, como apontam seus escritos (CABRAL, 1974; 1979; 1999).

Este artigo teve como finalidade, portanto, apresentar e comentar dois escritos do intelectual e militante Amílcar Cabral, produzidos às vésperas do início da guerra de independência da Guiné-Bissau, que teve uma duração de aproximadamente dez anos. Em seguida, pensamos o movimento de independência da Guiné-Bissau, priorizando o que ficou registrado nas memórias dos descendentes dos combatentes de Amílcar Cabral, mesmo estes não tendo vivido o momento da guerra. Por serem da primeira e segunda gerações pós-independência, ouviram de seus antepassados o acontecido. Todos eles, hoje adultos, narraram o que ouviram a partir das memórias advindas da infância e pré-adolescência, portanto, para analisarmos o conteúdo das narrativas, recorreremos aos estudos acerca da História oral, memória, identidade, esquecimento, ressentimentos, passado/presente, tempo histórico, narrativas; enfim, adotamos uma perspectiva inter e transdisciplinar. Por fim, salientamos que não se trata de um trabalho conclusivo, mas apenas uma abertura para a possibilidade de outros com a mesma temática.

ENTREVISTAS

Adama Bijagó, 35 anos. Em 30 de maio de 2018.

Adulai Manjaco, 41 anos. Em 30 de junho de 2018.

Alonso Balanta, 31 anos. Em 15 de junho de 2018.

Alcamussa Mandinga, 35 anos. Em 25 de maio de 2018.

Bocar Felupe, 40 anos. Em 10 de junho de 2018.

REFERÊNCIAS

AGRICULTURA Itinerante: *o que é, vantagens, desvantagens. Tecnologia no Campo*, 20 jan. 2021. Disponível em: <https://tecnologianocampo.com.br/agricultura-itinerante/>. Acesso em: 3 out. 2022.

ANDERSON, Perry. *Portugal e o fim do Ultracolonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. Tradução. Jacó Guinsburg e Tereza da Mota. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CABRAL, Amílcar Lopes. Acerca da contribuição dos “povos” guineenses para a produção agrícola da Guiné. *Boletim cultural da Guiné portuguesa*, v. 9, n. 36, p. 771-777, 1954a.

CABRAL, Amílcar Lopes. Acerca da utilização da terra na África Negra. *Boletim cultural da Guiné portuguesa*, v. 9, n. 34, p. 401- 415, 1954b.

CABRAL, Amílcar Lopes. *Alguns princípios do Partido*. Lisboa: Seara Nova, 1974.

CABRAL, Amílcar Lopes. *Análise de alguns tipos de Resistência*. Bolama: Imprensa Nacional da Guiné-Bissau, 1979.

CABRAL, Amílcar Lopes. *Nacionalismo e cultura*. S.l.: Laiovento, 1999.

CASTELO, Cláudia. *O Modo Português De Estar No Mundo: O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Ed. Afrontamento, 2011, 2a. Ed.

CHAUÍ, Marilena. Prefácio. In: BOSI, Ecléa. *Lembranças de velhos*. São Paulo: Edusp, 1987.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*. Porto Alegre: L&PM, 1981.

HOBBSAWM, Eric J. *A Era dos Impérios, 1875-1914*. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

JAMES, C.L.R. *Jacobinos negros: Toussaint L’Ouverture e a revolução de São Domingos*. 1. ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2010.

MIGUEL BANDEIRA, Jerônimo [Org.] *O Império Colonial Em Questão (Sécs. XIX-XX). Poderes, Saberes e Instituições*. Lisboa: Ed. 70, 2012.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. *Projeto História – Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC-SP*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. 2. ed. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

DADOS DE AUTORIA

José Bento Rosa da Silva

Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2001). Atualmente é professor associado da Universidade Federal de Pernambuco do quadro permanente do programa de pós graduação em História. Tem experiência na área de História, com ênfase em História da África, atuando principalmente nos seguintes temas: África - história - diáspora, abolição - trabalho, cidade - memória - porto, escravidão. E-mail: bentorosa.ebano@gmail.com

Jefferson Gonçalves do Carmo

Doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Bolsista CNPq. E-mail: jefferson.carmo@ufpe.br